



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Liderança Capitalização S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Operações de Capitalização
Unindo-se a parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Liderança Capitalização S.A., vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos investidores, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu investidor qualquer risco quanto à sua liquidez.

A Tele Sena, sendo um produto de reconhecida credibilidade e aceitação popular, atingiu receita de R\$ 284.709 mil (R\$ 274.598 mil em 2009), gerando reservas controladas e fiscalizadas pela SUSEP, constituídas de acordo com as normas e instruções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Investimentos
A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar desvio da política conservadora e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas, tenham recursos suficientes

para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança, onde os direitos dos clientes, representados pelas reservas, no valor R\$ 395.134 mil estão devidamente garantidos por ativos financeiros, com uma reserva livre de R\$ 115.063 mil.

Distribuição de Lucros e Dividendos
De acordo com o estatuto social, a distribuição de lucros e de dividendos fica à disposição da Assembleia Geral, que dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Perspectivas e Planos da Administração
A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos com funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

Outras Informações
Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008, a Liderança Capitalização S.A., declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.

Fato Relevante
Em 09 de novembro de 2010, o Banco Panamericano S.A. publicou nota de Fato Relevante, informando que naquela data, uma nova administração estaria assumindo as suas funções, após a divulgação da

informação que haviam sido descobertas irregularidades e inconsistências na sua contabilidade que não permitiam que suas demonstrações financeiras, refletissem a real situação patrimonial da Empresa. Os efeitos dos ajustes apurados pelo Banco Panamericano S.A. em decorrência dessas irregularidades e inconsistências não foram registrados na Liderança Capitalização S.A., uma vez que, a venda das ações ocorreu anteriormente à apuração desses valores.

Em conformidade com Comitê de Pronunciamento Técnico - CPC 12, a Administração aprovou o ajuste a valor presente sobre os valores a receber decorrentes da alienação das ações do Banco Panamericano S.A.

Estes fatos influenciaram diretamente o resultado da companhia no exercício, contudo, não prejudicando o equilíbrio financeiro entre os valores comprometidos das reservas e os ativos financeiros vinculados à sua cobertura.

Agradecimentos
Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	2010		2009	
		2010	2009	2010	2009
Circulante		564.800	535.107	416.916	403.098
Disponível		516	170	18.662	18.513
Caixa e bancos		516	170	11.134	11.838
Aplicações	4	510.197	451.554		
Créditos das operações de capitalização		30.411	31.434		
Créditos das operações de capitalização		30.411	31.434		
Títulos e créditos a receber		22.031	50.431		
Títulos e créditos a receber	12a	19.440	53.292		
Créditos tributários	5	9.376	5.470		
Outros créditos		370	318		
Provisão para riscos de crédito		(7.155)	(8.649)		
Despesas antecipadas		1.645	1.518		
Operacionais	12b	1.612	1.503		
Administrativas		33	15		
Ativo Não Circulante		332.031	462.664		
Realizável a longo prazo		319.201	73.704		
Aplicações					
Outras aplicações		1.470	1.470		
Provisão para desvalorização		(1.470)	(1.470)		
Títulos e créditos a receber		319.201	73.704		
Títulos e créditos a receber	12a	192.019	15.380		
Créditos tributários	5	116.069	48.342		
Depósitos judiciais e fiscais	10	11.113	9.982		
Investimentos	6	4.114	377.305		
Participações societárias		3.530	389.360		
Ágio/deságio		-	(22.639)		
Outros investimentos		584	584		
Imobilizado	7	8.538	11.433		
Imóveis		18.866	21.240		
Bens móveis		4.980	4.478		
Outras imobilizações		1.410	1.500		
Depreciação		(16.718)	(15.785)		
Intangível	8	178	222		
Outros intangíveis		178	222		
		896.831	997.771	896.831	997.771

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto (prejuízo) lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	2010		2009	
		2010	2009	2010	2009
Receitas líquidas com títulos de capitalização	12e	284.709	274.598		
Despesas com títulos resgatados e sorteados	12f	(143.061)	(138.755)		
Despesas de comercialização	12g	(131.951)	(123.311)		
Outras receitas e despesas operacionais	12h	(566)	(426)		
Despesas administrativas	12i	(40.925)	(58.147)		
Despesas com tributos	12j	(9.586)	(7.876)		
Resultado financeiro	12k e 12l	41.110	42.169		
Resultado patrimonial	12m	(21.674)	41.076		
Resultado operacional		(21.944)	29.328		
Ganhos e perdas com ativos não correntes	12n	(162.554)	406		
Resultado antes de impostos e participações		(184.498)	29.734		
Imposto de renda	13	36.888	3.331		
Contribuição social	13	30.562	927		
Participações sobre o resultado		(426)	(765)		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(117.474)	33.227		
Quantidade de ações		308.840	308.840		
(Prejuízo) Lucro líquido por ação		(380.37)	107.59		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	2010	2009
Recebimentos de venda de títulos de capitalização	290.867	268.051
Outros recebimentos operacionais	955	2.352
Pagamentos de resgates e comissões	(178.977)	(184.572)
Pagamentos de despesas com operações de capitalização	(68.618)	(68.318)
Pagamentos de despesas e obrigações	(42.354)	(45.412)
Outros pagamentos operacionais	(139)	-
Recebimentos de juros sobre o capital próprio e dividendos	10.582	12.739
Pagamentos de participações nos resultados	(367)	(1.558)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	11.949	(16.718)
Impostos e contribuições pagos	(16.949)	(16.005)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(623.855)	(502.906)
Vendas e resgates	610.293	557.898
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(18.562)	22.269
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	-	(289)
Intangível	-	(65)
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Investimentos	37.672	15.076
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	37.672	14.722
Atividades de financiamento		
Aumento de capital:		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(18.764)	(61.219)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(18.764)	(38.170)
Aumento (redução) líquida de caixa	346	(1.179)
Caixa no início do exercício	170	1.349
Caixa no final do exercício	516	170
Aumento (diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	42.412	(26.782)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital	Reservas de lucros legal	Reservas de lucros estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	193.302	-	8.504	26.405	156.060	-	384.271
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(1.569)	(1.569)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(37.705)	-	(37.705)
Aumento de capital em aprovação - AGO 31/03/2009	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de ações	-	3.400	-	-	-	-	3.400
Reservas	-	30.100	(7.947)	-	(22.153)	-	-
Aumento de capital em aprovação - AGE 25/08/2009	-	-	-	-	-	-	-
Homologação do aumento de capital - Portaria SUSEP/DECON nº 1047 de 06/10/2009	33.500	(33.500)	-	-	-	-	-
Homologação do aumento de capital - Portaria SUSEP/DECON nº 1055 de 16/11/2009	23.049	(23.049)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.227	33.227
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	-	1.661	-	(1.661)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.578)	(1.578)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(8.726)	(8.726)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(19.693)	(19.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	249.851	-	557	28.066	115.895	(394.369)	394.369
Dividendos pagos	-	-	-	-	(7.014)	-	(7.014)
Aumento de capital em aprovação - AGO 31/03/2010	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	23.472	-	-	(23.472)	-	-
Homologação do aumento de capital - Portaria SUSEP/DECON nº 1138 de 09/09/2010	23.472	(23.472)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(9.737)	(9.737)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(117.474)	(117.474)
Destinações:							
Absorção do prejuízo com reservas	-	-	-	(28.066)	(85.409)	113.475	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	273.323	-	557	-	-	(13.736)	260.144

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Liderança Capitalização S.A., devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como pontos de resgate. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade de Pagamento Único (PU) e capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendadas pela SUSEP.

A SUSEP, através da Circular nº408/10, determinou que as Entidades por ela supervisionadas passariam a elaborar suas demonstrações financeiras a partir do exercício a partir de 31.12.2011, com base nas práticas prescritas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido por ela referendados. Os pronunciamentos emitidos pelo CPC visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A adoção, pela primeira vez, de todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC será efetuada de acordo com as normas e orientações contidas no Pronunciamento CPC 37, e implicará na reapresentação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício de 2010. A Administração entende que, quando da adoção dos CPC's, os principais efeitos estarão relacionados a:

- Forma de apresentação do resultado que não mais apresentará os valores recebidos e a parcela destinada a constituição de passivos relacionados aos produtos de capitalização como receitas e despesas, respectivamente.
- Ampliação no volume de informações a serem divulgadas.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e sem a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme permitida pela Circular SUSEP nº 379/08.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2011.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. Apuração de resultado
As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. As receitas com a colocação dos títulos de capitalização, assim como os respectivos custos e provisões técnicas, são apropriadas no prazo médio de comercialização.

b. Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ajustes dos ativos ao seu valor provável de realização ou recuperação, o valor justo das aplicações e valores a receber, as provisões técnicas, provisões para contingências e impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá se dar por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

c. Aplicações
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias: "Títulos para negociação", "Títulos disponíveis para venda" e "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor justo determinado pelo método de equivalência patrimonial. O valor justo dos títulos é determinado da seguinte forma: (I) Títulos públicos - é apurado com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - (ANBIMA); e (II) Os certificados de depósitos bancários são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproxima de seu valor de mercado.

d. Créditos das operações de capitalização
Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

e. Outros ativos
Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base *pro rata* dia.

O valor justo dos títulos a receber que inclui o valor oriundo da venda de investimentos conforme mencionado na Nota explicativa nº 14, foi estimado pelo valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de balanço.

f. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O ágio e o deságio anteriormente registrados na aquisição de ações do Banco Panamericano S.A., foram realizados em função da alienação do investimento. O imobilizado é depreciado pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 7, que levam em consideração a vida-útil econômica estimada dos bens.

O ativo intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, sendo amortizado no prazo de cinco anos.

g. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h. Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excedeu R\$ 240. A contribuição social incide sobre a base de cálculo definida pela legislação em vigor com base na alíquota de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças

temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

i. Provisões judiciais
As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de perda é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

Os valores não recolhidos dos tributos e contribuições estão sendo provisionados, independentemente das probabilidades de êxito estimadas pelos assessores jurídicos da Empresa, sob o conceito de "obrigação legal".

j. Provisões técnicas
São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para resgate** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento

4. Aplicações financeiras

	Valor do Custo Atualizado	Ganho/Perda	Sem Vencimento	1 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
--	---------------------------	-------------	----------------	-------------	---------------	-------------------	-------



liderança

capitalização s/a



CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais)

9. Provisões técnicas
a) As movimentações das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Descrição	Provisão para resgates	Provisão para sorteio	Outras provisões (PDA)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	320.603	36.727	21.573
Constituição	143.871	16.145	10.631
Atualização monetária e juros	(1.034)	26	-
Pagamento de resgates e sorteios	(108.490)	(13.687)	-
Reversões	(23.295)	1.430	(9.366)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	331.655	40.641	22.838

10. Provisões judiciais

	Provisões judiciais			Depósitos judiciais e fiscais						
	Saldos em 31/12/09	Adições	Baixa/ Reversão	Atualização Monetária	Saldos em 30/12/10	Saldos em 31/12/09	Adições	Baixas	Atualização Monetária	Saldos em 30/12/10
PIS	7.752	-	-	244	7.996	-	-	-	-	-
COFINS	126.855	7.602	-	7.022	141.479	5.331	652	-	377	6.360
Contribuição social	39.788	-	-	1.305	41.093	4.486	-	-	76	4.562
Imposto de renda	16.191	-	-	714	16.905	-	-	-	-	-
Outros	2.105	-	-	72	2.177	-	-	-	-	-
Cíveis	6.685	1.906	(572)	512	8.531	51	1	-	-	52
Trabalhista	348	438	(94)	42	734	114	52	(27)	-	139
Total	199.724	9.946	(666)	9.911	218.915	9.982	705	(27)	453	11.113

Probabilidades de Perdas

	Total		Total	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Fiscais	-	209.650	192.691	192.691
Trabalhistas	734	3.559	348	3.899
Cíveis	8.531	10.325	6.685	8.645
Total	9.265	223.534	205.235	212.268

a. PIS (período jun/97 a mar/98) e COFINS (a partir de fev/99)
A Empresa discute a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional.

b. Contribuição social e imposto de renda
Refere-se à exigibilidade suspensa da contribuição social no período de julho de 1998 a setembro de 2000, majoração da alíquota da contribuição social no período de outubro de 1997 a fevereiro de 1999 e a dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007, nos montantes de R\$ 21.173, R\$ 19.920 e R\$ 16.905, respectivamente sendo R\$ 20.453, R\$ 19.335 e R\$ 16.191 em 2009.

A Empresa discute também a majoração de alíquota da CSLL - (MP nº 413/2008 convertida na Lei nº 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal.

c. Trabalhista
A Empresa responde a processos de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é avaliada como provável e para qual foi constituída provisão no montante de R\$ 734 (R\$ 348 em 2009).

d. Cíveis
A Empresa responde a processos de natureza cíveis que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução desses processos foi constituída provisão para os casos avaliados como perda provável, no montante de R\$ 8.531 (R\$ 6.685 em 2009).

A Empresa responde a ação popular na qual se discute a possível nulidade da autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para emissão e comercialização dos títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Conforme exposto pela Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos internos e externos, a confiança no sucesso da improcedência da ação popular, se concretizou em 18 de dezembro de 2007, em acórdão do Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão transitou em julgado em 9 de fevereiro de 2009, sendo os autos do processo remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

Sob o mesmo argumento relacionado à desqualificação da "Tele Sena" como título de capitalização, o Município do Estado do Rio de Janeiro autou a Empresa por três vezes reclamando o pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998 e março de 1998 a dezembro de 2001. A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreende o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Os advogados entendem que o mandado de segurança será julgado procedente, não só pelas razões invocadas no mandado de segurança, mas também porque o Superior Tribunal de Justiça - STJ, conforme acima mencionado, julgou a ação popular improcedente. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração.

11. Patrimônio Líquido
a. Capital social
O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323 (R\$ 249.851 em 2009).
Na Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2009, os acionistas deliberaram pelo aumento de capital mediante o aproveitamento de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros" no valor R\$ 22.153 e do saldo da conta "Reserva de Incentivos Fiscais", no valor de R\$ 7.947, acrescido da subscrição e integralização de 4.203 novas ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 809,00 cada, as quais totalizam a importância de R\$ 3.400.

Em 6 de outubro de 2009, por meio da Portaria SUSEP/DECON nº 1047 foi homologado o aumento do capital social em R\$ 33.500, elevando-o de R\$ 193.302 para R\$ 226.802.
Em 16 de novembro de 2009, por meio da Portaria SUSEP/DECON nº 1055, foram homologadas as deliberações tomadas pelos acionistas da Liderança Capitalização S/A na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de agosto de 2009, referente ao aumento de capital mediante o aproveitamento de crédito decorrente de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 23.049 correspondentes a 28.491 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 809,00 cada uma.
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 31 de março de 2010, os acionistas deliberaram pelo aumento de capital mediante o aproveitamento de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros" no valor R\$ 23.472.
Em 9 de setembro de 2010, por meio da Portaria SUSEP/CGRAT nº 1138 foi homologado o aumento de capital no montante de R\$ 23.472, elevando-o de R\$ 249.851 para R\$ 273.323.

b. Dividendos
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram pagos antecipadamente o valor de R\$ 7.014 (R\$ 37.705 em 2009).

c. Reserva estatutária
É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.
Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

d. Prejuízos acumulados
Os prejuízos acumulados serão objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) que apreciará as presentes demonstrações financeiras.

e. Remuneração sobre o capital próprio
Os juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 9.737 (R\$ 8.726 em 2009), foram registrados e classificados de acordo com a Circular SUSEP nº 379/08, observadas as normas de regência do imposto de renda, e reduziram a despesa de imposto de renda e da contribuição social em aproximadamente R\$ 3.895 (R\$ 3.490 em 2009).

f. Ajuste de exercícios anteriores
Em 31 de maio de 2009, foi contabilizado a título de ajuste de exercícios anteriores, R\$ 420 de impostos diferidos sobre atualização monetária de depósitos judiciais e R\$ 967 de complemento de imposto de renda e contribuição social sobre valor deduzido a maior a título de juros sobre o capital próprio. Em 30 de junho de 2009, foi contabilizado R\$ 182 de contribuição social sobre amortização de ágio.

12. Detalhamento de contas patrimoniais e de resultado

a. Títulos e créditos a receber (curto e longo prazo)

	2010	2009
Curto Prazo		
Créditos de capitalização a receber	6.762	7.769
Antecipação de resgates	5.337	8.574
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	1.273	10.469
Alienação de investimentos (vide nota 14g)	5.954	6.364
Alienação de investimentos (vide nota 14f)	-	20.039
Outras	114	77
	<u>19.440</u>	<u>53.292</u>
Longo Prazo	2010	2009
Alienação de investimentos (vide notas 14g, 14f e 14m)	192.019	15.380

b. Despesas antecipadas
Compreende, substancialmente, R\$ 1.612 (R\$ 1.503 em 2009) relativos a antecipações de despesas para produção e confecção de títulos de capitalização referentes a eventos futuros.

b) O valor contábil dos bens vinculados em cobertura de provisões técnicas está demonstrado a seguir:

	2010	2009
Quotas de fundos de investimentos	324.311	155.949
Certificados de depósito bancário	70.843	222.974
Total	<u>395.154</u>	<u>378.923</u>

Nos termos da Resolução nº 3.034/02 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, as quotas de fundos de investimento exclusivos cuja carteira esteja representada exclusivamente pelos títulos públicos são consideradas como títulos públicos para fins de cumprimento das normas de direcionamento e diversificação dos investimentos vinculados.

c. Obrigações a pagar

	2010	2009
Fornecedores	9.634	6.752
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.273	4.746
Outras	227	340
	<u>11.134</u>	<u>11.838</u>

d. Débitos de operações com capitalização

	2010	2009
Comissão sobre vendas de títulos	4.088	4.675
Outros	3	3
	<u>4.091</u>	<u>4.678</u>

e. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	2010	2009
Receita bruta com títulos de capitalização	287.680	284.744
Variações das provisões técnicas	(2.971)	(10.146)
	<u>284.709</u>	<u>274.598</u>

f. Despesas com títulos resgatados e sorteados

	2010	2009
Despesas com resgates	(120.576)	(120.759)
Despesas com resgates - Títulos prescritos	(59)	(53)
Despesas com sorteados	(22.426)	(17.943)
	<u>(143.061)</u>	<u>(138.755)</u>

g. Despesas de comercialização

	2010	2009
Colocação	(29.817)	(34.663)
Corretagem	(38.687)	(36.030)
Custeamento de vendas	(2.760)	(2.406)
Publicidade e propaganda	(60.887)	(50.212)
	<u>(131.951)</u>	<u>(123.311)</u>

h. Outras receitas e despesas operacionais

	2010	2009
Despesas de fretes, carretos, postais e outras	(566)	(426)
	<u>(566)</u>	<u>(426)</u>

i. Despesas administrativas

	2010	2009
Pessoal próprio	(13.947)	(12.356)
Serviços de terceiros	(17.290)	(26.561)
Localização e funcionamento	(5.076)	(5.049)
Publicidade e propaganda	-	(8.580)
Contingências e condenações judiciais	(1.894)	(4.608)
Publicações legais, donativos e contribuições e administrativas diversas	(2.718)	(993)
	<u>(40.925)</u>	<u>(58.147)</u>

j. Despesas com tributos

	2010	2009
COFINS	(7.602)	(6.353)
PIS	(1.235)	(1.033)
Outros	(749)	(490)
	<u>(9.586)</u>	<u>(7.876)</u>

k. Receitas financeiras

	2010	2009
Títulos de renda fixa	45.061	42.580
Juros sobre o capital próprio	-	11.833
Atualização monetária (IGPM) - Alienação do Banco Panamericano S.A.	4.041	-
Outras	918	836
	<u>50.020</u>	<u>55.249</u>

l. Despesas financeiras

	2010	2009
Provisão técnica de capitalização	1.008	(6.359)
Atualização monetária das provisões para contingências	(9.911)	(9.413)
Outras	(7)	(8)
	<u>(8.910)</u>	<u>(13.080)</u>

m. Resultado patrimonial

	2010	2009
Receitas com imóveis de renda	347	505
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas	(44.661)	41.864
Realização de ágio/deságio	24.768	1.515
Amortização de ágio	(2.128)	(2.808)
	<u>(21.674)</u>	<u>41.076</u>

n. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2010	2009
Lucro na alienação de ações (vide nota 14k) - 29/01/10	4.118	-
Lucro na alienação de imobilizado	29	-
Prejuízo na alienação do Banco Panamericano S.A. - 17/11/2010 (vide nota 14l)	(41.075)	-
Outras receitas	943	406
Ajuste a valor presente- alienação do investimento - Banco Panamericano S.A. (vide nota 14l)	(126.569)	-
	<u>(162.554)</u>	<u>406</u>

13. Imposto de renda e contribuição social
Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão assim demonstrados:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos e após as participações	(184.924)	(184.924)	28.969	28.969
Juros sobre capital próprio	(9.737)	(9.737)	(8.726)	(8.726)
Lucro/prejuízo-base do exercício	(194.661)	(194.661)	20.243	20.243
Adições	191.317	191.317	25.880	25.874
Ajuste a valor presente - Alienação das ações do Banco Panamericano S.A.	126.569	126.569	-	-
Equivalência patrimonial	44.661	44.661	-	-
Provisão para contingências	19.195	19.195	20.986	20.986
Outras	892	892	4.894	4.888
Exclusões	(1.887)	(1.887)	(41.864)	(41.864)
Equivalência patrimonial	-	-	(41.864)	(41.864)
Provisão para devedores duvidosos	(1.887)	(1.887)	-	-
(Prejuízo) fiscal e base (negativa)/Lucro tributável	(5.231)	(5.231)	4.259	4.253
Tributos correntes	-	-	(1.040)	(638)
Tributos diferidos	5.246	11.575	4.345	1.565
Tributos diferidos sobre ajuste a valor presente	31.642	18.987	-	-
Incentivos fiscais-dedução	-	-	26	-
Total de tributos	36.888	30.562	3.331	927

14. Transações com partes relacionadas
As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, com empresas ligadas e outras partes relacionadas foram:

a) A Empresa paga a empresas ligadas e a outras partes relacionadas custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa. As despesas dessa natureza pagas a partes relacionadas e registradas na rubrica "Publicidade e propaganda" do grupo "Despesas de comercialização" totalizaram R\$ 19.007 (R\$ 17.817 em 2009). Os valores decorrentes dessas operações, classificadas na rubrica "Obrigações a pagar", pendentes de pagamento montam R\$ 1.972 (R\$ 2.503 em 2009) e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.

b) A Empresa mantém contrato de cessão de direito de imagem e voz, com objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos, sendo as despesas registradas no grupo "Despesas de comercialização" no montante de R\$ 31.746 (R\$ 31.419 em 2009). Os valores decorrentes dessas operações, classificadas na rubrica "Obrigações a pagar", os quais encontram-se pendentes de pagamento montam R\$ 4.513 (R\$ 4.829 em 2009).

c) É mantido contrato de prestação de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados com a empresa ligada GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. As despesas incorridas montam a R\$ 1.485 (R\$ 1.277 em 2009) e foram registradas na rubrica "Despesas com serviços de terceiros" e estavam pendentes de pagamento na rubrica "Obrigações a pagar", o montante de R\$ 145 (R\$ 107 em 2009).

d) A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas. As receitas incorridas totalizaram R\$ 347 (R\$ 401 em 2009) e foram registradas na rubrica "Receitas com imóveis de renda". O saldo pendente de recebimento monta a R\$ 31 (R\$ 34 em 2009), registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".

e) Em 24 de dezembro de 2006 o investimento mantido na SBC - Sistema Brasileiro de Comunicações Ltda. foi alienado a Silvio Santos Participações Ltda. pelo seu valor contábil no montante de R\$ 20.728, para pagamento em 24 parcelas mensais até fevereiro 2009.

f) Em 24 de abril e 12 de maio de 2008, a Empresa adquiriu da BF Utilidades Domésticas Ltda., ações do Banco Panamericano S.A., no valor de R\$ 5.000 e R\$ 15.000, respectivamente. Essas transações foram liquidadas a vista na data de assinatura dos contratos de compra e venda de ações. No segundo semestre do exercício de 2008, também foram adquiridas novas ações do Banco, no montante de R\$ 59.000, totalizando R\$ 79.000, sendo o valor patrimonial correspondente a R\$ 98.899 e foram apurados ágio e deságio nas operações individualizadas.

g) Em 4 de maio de 2009, os investimentos anteriormente mantidos no Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda., Galeno de Almeida Open View Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Oscar Freire Open View Empreendimentos Imobiliários Ltda., foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 25.458, para pagamento em 48 prestações mensais e consecutivas, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). Os saldos a receber decorrentes destas alienações, encontram-se registrados na rubrica "Títulos e créditos a receber", no curto prazo R\$ 5.954 e no longo prazo R\$ 6.434.

h) Em 24 de agosto de 2009, foi alienado à Silvio Santos Participações Ltda. o total de 1.669.449 ações dos investimentos mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 9.999 (R\$ 10,99 por ação). Este montante foi recebido em 15 de dezembro de 2009. Em função desta alienação, a Empresa realizou parte do ágio no montante de R\$ 364 e parte do deságio no montante de R\$ 860.

i) Em 30 de setembro de 2009, foi alienado à BF Utilidades Domésticas Ltda. o total de 3.338.898 ações dos investimentos mantidos no Banco Panamericano S.A., no montante de R\$ 19.999 (R\$ 5,99 por ação). Este valor foi recebido em 30 de junho de 2010. Em função desta alienação, a Empresa realizou parte do ágio no montante de R\$ 746 e parte do deságio no montante de R\$ 1.765.

j) Em 26 de janeiro de 2010, a Empresa subscreveu e integralizou na RBV - Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda., 3.530.000 quotas sociais, pelo valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando a importância de R\$ 3.530.